

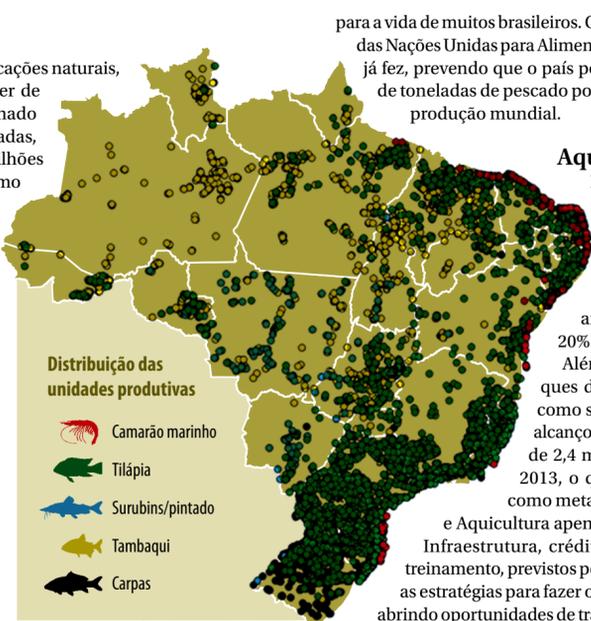
Com recursos naturais privilegiados, país sofria estagnação na pesca havia 15 anos. Mas o setor reencontrou o desenvolvimento e a aquicultura cresce 20% a cada ano, ampliando oportunidades de trabalho e investimento. Atualmente cada brasileiro consome por ano 14,3 quilos de pescado em média, mais do que os 12,5 quilos recomendados pela Organização Mundial da Saúde

Brasileiro pode e deve aprender a criar peixe

Thâmara Brasil

QUE O BRASIL tem algumas vocações naturais, não há dúvidas. Mas o que dizer de crescer muito num setor estagnado há 15 anos? Há quase duas décadas, o mundo pesca as mesmas 90 milhões de toneladas, enquanto o consumo só cresce. Fatores ambientais são a principal causa do problema: a pesca predatória — em especial a feita ilegalmente pela China, acusada por especialistas de saquear os mares do mundo — e a poluição continuam limitando a atividade.

E se forem consideradas as condições do território brasileiro — 8,5 mil quilômetros de costa marítima, 13% da água doce do mundo e 10 milhões de hectares de lâminas d'água no interior, incluindo os reservatórios das hidrelétricas e águas em propriedades privadas — é só fazer as contas para perceber que pesca e aquicultura podem ser a solução



para a vida de muitos brasileiros. Contas que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) já fez, prevendo que o país pode produzir 20 milhões de toneladas de pescado por ano, ou mais de 20% da produção mundial.

Aquicultura

Esse é um número que o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) prevê que o país possa alcançar depois de 2030, se mantida a taxa anual de crescimento de 20% da aquicultura nacional. Além de recuperar os estoques de espécies importantes, como sardinha e lagosta, o país alcançou uma produção histórica de 2,4 milhões de toneladas em 2013, o que estava estabelecido como meta do Plano Safra da Pesca e Aquicultura apenas para o final de 2014.

Infraestrutura, crédito, menos burocracia e treinamento, previstos pelo plano do governo, são as estratégias para fazer o país deslanchar na área, abrindo oportunidades de trabalho e de investimento.

Crivella comemora o biênio 2012–2013

Segundo o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), ministro da Pesca e Aquicultura de 2012 a fevereiro deste ano, mesmo com esse potencial extraordinário para a produção de pescado, o Brasil sempre esteve mais voltado à produção de aves e de carne bovina e suína, deixando de aproveitar os recursos naturais hídricos. Ele ressaltou que, com as políticas para o setor intensificadas nos últimos dois anos, isso começa a mudar.

— Nós tínhamos, em 2011, 1,4 milhão de toneladas, subimos 100 mil toneladas em 2012, fomos para 1,5 milhão, mas saltamos para 2,4 milhões em 2013, com um aumento de quase 1 milhão de toneladas de pescados — comemorou.

O senador informou que o Plano Safra da Pesca e Aquicultura, com R\$ 4 bilhões até o fim do ano, tem sido o responsável pelo resultado, ao lado da simplificação do licenciamento ambiental e da desoneração do pescado, que passou a compor a cesta básica e teve impostos reduzidos.

— Para a criação de suínos, aves e bovinos, havia dispensa de licenciamento, mas para a criação de peixe se exigiam três licenças: prévia, de instalação e de operação. Hoje é necessária apenas uma licença simplificada, que pode ser obtida pelo computador.

Além disso, houve avanços no financiamento de pesquisas para a construção de embarcações, na obtenção de tecnologias para monitoramento da água em parques aquícolas e em programas sociais.

Segundo o MPA, a infraestrutura também ganhou reforços importantes, com terminais pesqueiros públicos em Niterói (RJ), Manaus, Salvador e Ilhéus (BA). Houve ainda a retomada das operações de Camocim (CE), com a expectativa de torná-lo o ponto de desembarque de atuns pescados, e do terminal pesqueiro de Porto Velho, para escoamento da produção recorde de tambaqui da região.



Andréia Nunes

— O pescado acaba sendo um produto que o pescador, se não consegue vendê-lo em condições vantajosas, perde. Com o terminal pesqueiro, ele pode beneficiar esse pescado, há máquinas para cortar as vísceras, filetar e congelar esse peixe. Ai, ele tem um outro mercado, uma outra possibilidade de ganho — esclareceu o senador.

Para aproximar o produtor do consumidor, o ministério vem apostando nos caminhões de peixe. Atualmente são 168, com a promessa de vender o pescado mais barato.

— O consumo per capita, que era de 9,5 quilos, na época em que chegamos ao ministério, passou para 14,5 quilos, segundo pesquisa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Para ser mais preciso, o brasileiro está comendo em média 14,3 quilos de pescado, ultrapassando a média recomendada pela Organização Mundial da Saúde, de 12,5 quilos — disse.

Prefeituras dão alfabetização e treinamento

O Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais artesanais, mais de 9 mil pescadores profissionais industriais e quase 2 mil aquícultores, segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). De acordo com dados do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, 26,94% dos pescadores que receberam o seguro-defeso em 2010 são analfabetos, 65,17% não concluíram o ensino fundamental e apenas 2,98% concluíram o ensino médio. A estimativa é de que 72% dos pescadores sejam analfabetos funcionais, de acordo com o MPA.

Para reverter o quadro, em 2003 foi criado o Programa Pescando Letras, levando em conta que a necessidade do trabalho acabou por excluir os pescadores dos sistemas de ensino. De 2003 a 2012, o programa atendeu quase 180 mil pescadores artesanais e trabalhadores da pesca, em parceria com o Ministério da Educação, por meio do Programa Brasil Alfabetizado.

— O programa de alfabetização e qualificação Pescando Letras conseguiu alfabetizar, em 2013, 17.353 pescadores, e

11.217 foram matriculados no Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego] — informou Crivella em discurso no Plenário.

O Pescando Letras é desenvolvido pelo MPA em parceria com os municípios e as aulas geralmente coincidem com o período do defeso, abrangendo ainda conhecimentos técnico-profissionais, como carpintaria de pesca, motores, beneficia-

mento do pescado, artesanato com subprodutos.

Para saber mais, o interessado deve consultar a prefeitura ou a secretaria de Educação do município para se informar sobre cursos para pescadores como parte do Programa Brasil Alfabetizado. Se não houver previsão, pode-se solicitar à superintendência federal de Pesca e Aquicultura do estado ([veja os endereços em http://bit.ly/SICpesca](http://bit.ly/SICpesca)).



Pescadores da comunidade do Caranguejo (PE) concluem o curso de alfabetização

Alvine Pinheiro/Secretaria de Educação/PE

Tecnologia é arma contra pesca ilegal

A pesca ilegal prejudica o setor, seja porque não paga impostos e concorre deslealmente com a pesca lícita, seja porque desrespeita os períodos de defeso*, comprometendo a sobrevivência das espécies e, portanto, o futuro da atividade.

— Criamos o Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal, em coordenação com a Polícia Federal, com as polícias ambientais dos estados, com o Ibama, com a Marinha e os Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça para evitar que o Brasil sofra com a pesca ilegal, não só de barcos estrangeiros, mas também de brasileiros que pescam no período de defeso, em áreas proibidas, em quantidades proibidas e espécies também protegidas — detalhou o senador Crivella em seu balanço à frente do MPA.

Segundo o ministério, o país tem 1.572 rastreadores por satélite para monitorar a pesca ilegal. As embarcações pagam R\$ 3 mil pelo equipamento e R\$ 100 de mensalidade, mas o MPA projeta reduzir esse custo — que ele reconhece como inviável para pequenos pescadores — usando o satélite brasileiro e desenvolvendo equipamento nacional.

Também de acordo com

Crivella, 58 mil embarcações foram legalizadas e 345 mil licenças de pesca esportiva foram expedidas em 2013 pelo MPA, que também reviu as mais de 30 normas.

Tecnologia

Já para auxiliar a pesca e a navegação das pequenas embarcações, o pescador pode contar com financiamento para a compra de sonares, GPS, rádios VHF, entre outros. Há também linhas de crédito para

reformatar e substituir barcos antigos de pesca artesanal, assim como para a aquicultura.

Outro recurso foi o arrendamento de embarcações estrangeiras, mais modernas e de maior produção, que transferem tecnologia para a tripulação brasileira contratada. A frota arrendada é de 14 barcos: 3 espanhóis e 11 japoneses.

* **Defeso:** épocas de reprodução das espécies em que a captura de peixes é proibida para garantir sua sobrevivência.



Colônia de pescadores em Itapuã, Salvador: incentivos à cooperação são maiores

Conor Gonio / AGENCY/BA

Ajuda do governo

PARA AQUICULTURA
subsídio de **70%**
do custo da **energia elétrica** para bombeamento e aeração dos tanques

PARA A PESCA
subsídio de **25%**
do preço do **óleo diesel** na refinaria, sem o CMS, para barcos nacionais

Bancos oficiais têm crédito com condições diferenciadas

Segundo Marcelo Crivella, no primeiro ano do Plano Safra da Pesca e Aquicultura foram realizados 23 mil financiamentos para pescadores e aquícultores com o repasse de cerca de R\$ 600 milhões.

As linhas de crédito destinam-se a agricultores familiares cuja propriedade tenha condições para a criação de peixes (água, relevo, energia); à produção de peixes ornamentais, em viveiro escavado e em tanque-rede; à produção de camarão e de ostras, mexilhões e vieiras; e para cooperativas e marisqueiras.

Para associações de pescadores, o limite financiado é de R\$ 4 milhões. Já para cooperativas singulares, é de R\$ 10 milhões,

com limite por associado de R\$ 10 mil. Para cooperativas centrais, o limite é de R\$ 30 milhões, mas, se a cooperativa ou associação tem no mínimo 70% dos sócios ativos formados por pescadores ou aquícultores enquadrados no Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar), as condições são diferenciadas.

As mulheres que se dedicam à pesca de mariscos também são alcançadas pelas linhas de crédito. Para elas, é oferecido crédito especial de R\$ 2,5 mil, para a compra de equipamentos como caixa de isopor, triturador de concha, congelador e fogão industrial, com um bônus de 25% em cada parcela paga em dia.

Como acessar

- 1) Registre-se ou recadastre-se no **Registro Geral da Atividade Pesqueira**, do Ministério da Pesca e Aquicultura (<http://bit.ly/registroPesca>)
- 2) Acesse as **cartilhas e vídeos** disponíveis na internet (<http://bit.ly/docsPesca>) e procure informações sobre o Plano Safra na superintendência do MPA do seu estado (os endereços estão em <http://bit.ly/SICpesca>)
- 3) Escolha o **banco** com o qual deseja contratar o empréstimo e verifique a situação de seu cadastro, as linhas de crédito e os documentos exigidos. Bancos credenciados: Banco do Brasil (www.bb.com.br); Banco da Amazônia (www.basa.com.br); Banco do Nordeste do Brasil (www.bnb.gov.br)
- 4) Procure o **órgão de extensão rural** mais próximo para elaborar a proposta de projeto técnico (o MPA oferece modelos de projetos para as diferentes atividades)
- 5) Entregue a sua **proposta** no banco escolhido e os **documentos** exigidos
- 6) Acompanhe o **processo** na agência bancária.

Aposentadoria especial e salário-defeso podem virar lei

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou dia 8 substitutivo que garante aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição.

O substitutivo foi apresentado pelo senador Benedito de Lira (PP-AL), com base em dois projetos de Paulo Paim (PT-RS) que tramitavam em conjunto (PLSs 150 e 152, ambos de 2013). Segundo Paim, a categoria desenvolve um trabalho "perigoso e insalubre" e, por isso, merece



Luiz de Paula Aguiar/Senado



Jose Carlos Aguiar/Senado

se exercerem outra atividade profissional no período de defeso. A fonte de custeio será o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O projeto altera o Plano de Benefícios da Previdência Social, que já havia incluído os pescadores com base na Lei da Pesca (Lei 11.959, de 2009), que estendeu a esses trabalhadores a aposentadoria

regras previdenciárias especiais. A proposta reconhece o período de defeso como tempo efetivo de contribuição para concessão de benefícios previdenciários, mas o descarta para efeito do cálculo do valor do benefício.

Pelo texto, durante o período de suspensão da pesca, esses trabalhadores ainda deverão receber o salário-defeso, no

Seguro-desemprego também para catadores de marisco

Os catadores de marisco e de caranguejo também poderão receber o seguro-desemprego durante os períodos de defeso.

A inclusão desses trabalhadores está prevista em projeto aprovado em março pela Comissão de Agricultura (CRA) e que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para os pescadores artesanais licenciados, a Lei 10.779/2003 prevê o seguro-desemprego no valor de um salário mínimo. Com o projeto (PLS 491/2013), o senador Mário Couto (PSDB-PA) quer incluir na lei catadores de marisco e caranguejo registra-

dos nas colônias de pesca de suas regiões. A proposta prevê, ainda, que o período de defeso seja fixado também para caranguejos e mariscos.

Em voto favorável, o relator, Benedito de Lira, acredita que a proposta permitirá o rearranjo da produção, organizando o trabalho em função da sazonalidade.

Benedito resalta que, em 2011, o país produziu 16 mil toneladas de marisco e 10 mil toneladas de caranguejo.

— Esses números dão conta da importância da produção, que tem a participação de milhares de trabalhadores artesanais.



Renato Torres/Agência Senado

Saiba mais

Ministério da Pesca e Aquicultura
www.mpa.gov.br

Registro Geral da Atividade Pesqueira
<http://bit.ly/registroPesca>

Cartilhas e vídeos sobre financiamento pelo Plano Safra
<http://bit.ly/docsPesca>

Lista das 27 superintendências federais de Pesca e Aquicultura
<http://bit.ly/SICpesca>

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania